

## As interpretações da metamorfose do PT a partir da esquerda brasileira

### *The interpretations of the metamorphosis of the PT from the Brazilian left*

Henrique Cignachi

Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
[h.cignachi@hotmail.com](mailto:h.cignachi@hotmail.com)

**Resumo:** A partir da exposição dos principais elementos da metamorfose do Partido dos Trabalhadores no Brasil, em paralelo com as principais explicações clássicas sobre a metamorfose dos partidos com origem na classe trabalhadora, buscou-se introduzir o debate realizado por representantes políticos e teóricos da esquerda brasileira acerca desta metamorfose. Derivou-se daí um recorte, entre nomes representativos da “esquerda petista” e nomes de “oposição de esquerda ao PT”. Considerou-se neste desenvolvimento uma confluência analítica de explicações estruturais das causas da metamorfose do PT, com a diferença significativa sobre quais barreiras estruturais estavam a serem enfrentadas, se de uma aristocracia do trabalho ou das condições de vida miseráveis da maioria da população, bem como problemas de ordem estratégica (programa política) e ação política.

**Palavras-chave:** socialismo, partidos políticos, classe trabalhadora, PT, esquerda brasileira.

**Abstract:** From the statement of the main elements of the metamorphosis of Workers Party in Brazil, in parallel with the main classical explanations about the metamorphosis of parties originated in the working class, we search to introduce the discussion of political and theorist representatives from brazilian left about this metamorphosis. Of them, we establish a cut between representative names of "PT left" and names from "left opposition to PT." We considered in this an analytical confluence of explanations of the causes of structural metamorphosis of PT, with the significant difference about which structural barriers were to be faced if a labor aristocracy or the miserable living conditions of the majority of the population, as well as problems of strategic (program policy) and political action.

**Keywords:** socialism, political parties, working class, PT, brazilian left.

Originais recebidos em: 20/05/2013

Aceito para publicação em: 29/07/2013



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Usos Não-Comerciais-Vedada a Criação de Obras Derivadas 3.0 Unported License.

Neste artigo pretende-se apresentar algumas das principais leituras sobre o processo de transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores (PT) de sua fundação às vitórias presidenciais a partir de 2002. Este processo, que convém chamar de metamorfose, foi objeto de pesquisa de vários observadores políticos e acadêmicos.<sup>1</sup> Assim, o objetivo deste trabalho é o de expor na literatura de intelectuais ou lideranças políticas ligadas às principais tendências da esquerda brasileira<sup>2</sup> as principais explicações do processo de metamorfose do PT. Neste sentido, se busca apresentar paradigmas explicativos, confluências e oposições entre as interpretações desta literatura.

## **A metamorfose do PT**

Inicialmente é importante expormos alguns elementos empíricos e teóricos que guiaram a apresentação da metamorfose do PT. É praticamente consenso, tanto para atores políticos quanto acadêmicos, situados em defesa ou oposição, que o PT sofreu várias transformações que o distinguem de seus caracteres iniciais. Mesmo a literatura que versa sobre a legitimidade e continuidade das principais características do partido tendem a concordar que elas passaram por diversas transformações de significados. Há transformações tanto de forma como conteúdo. Listamos algumas das características principais do PT da década de 1980 para tornar evidente o contraste com aspectos atuais:<sup>3</sup>

1. Defesa de uma superação crítica do legado da esquerda nacional identificado ao “populismo/peleguismo” (PTB) ou ao “socialismo burocrático” do PCB;
2. Primeiro partido brasileiro estabelecido essencialmente por trabalhadores como base social/direção e por correntes firmemente identificadas com a revolução socialista (dos “marxistas-leninistas” até os setores da “teologia da libertação” reivindicantes do marxismo);

---

<sup>1</sup> O estudo da metamorfose do PT foi realizado em dissertação de mestrado, intitulado “A metamorfose dos partidos com origem na classe trabalhadora: o caso do PT no Brasil”, pelo autor.

<sup>2</sup> Alguns caracteres permitem a visualização do campo a que remetemos aqui como “esquerda” brasileira na atualidade. Predominantemente, este recorte diz respeito aos elementos políticos situados numa perspectiva de crítica ou oposição de esquerda ao governo Lula ou situados internamente no PT com alguma produção intelectual crítica à trajetória deste ou que continuam a remeter seu posicionamento a uma perspectiva revolucionária/socialista. Sem dúvidas um recorte assim proposto tende a ser arbitrário e pelos limites de pesquisa acaba excluindo outros porta-vozes políticos.

<sup>3</sup> Estas características estão sumariadas em e a partir da bibliografia analisada em Cignachi, 2013, p.128-9.

3. Discurso público radical e negação da institucionalidade e metodologia política burguesa (contra o personalismo; clientelismo; alianças pragmáticas);
4. Inicial submissão dos mandatos públicos ao partido;
5. Defesa do autofinanciamento (contra o financiamento de grandes empresas, fonte da política de classes e da corrupção);
6. Contrários ao sindicalismo tutelado pelo Estado, defesa da liberdade sindical. Fundam a maior central de trabalhadores do Brasil, a Central Única dos Trabalhadores em 1983 (CUT), para dirigir as lutas sindicais a fim de conjugar objetivos econômicos com os políticos. No campo, estimulam e defendem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).
7. Defesa do objetivo estratégico socialista não identificado nem ao reformismo social-democrata - que acaba por manter o capitalismo – e também contrário à experiência soviética que perpetuou uma classe burocrática e dirimiu liberdades individuais.
8. Estrutura interna democrática com ampla participação de militantes de base.

É evidente as limitações com que o PT se debatia para atingir ou manter estes aspectos, mas também foram devido a eles que o PT logrou seu rápido crescimento nos movimentos sociais e parlamento/municípios. Sua estratégia socialista, apesar de dúbia e baseada em um projeto de transição maleável o suficiente para servir a objetivos meramente reformistas, tais como expressos no Programa Democrático e Popular, apresentava inovações e superações de estratégias anteriores da esquerda nacional, ficando distante tanto do “putchismo” ou reformismo gradualista. Incorporava um elemento fundamental de ligação aos movimentos sociais contestatórios e defendia que as reformas fundamentais necessárias para a superação das desigualdades históricas só poderiam vir através de processos de transformação radicais, bem distantes do tímido reformismo apresentado no governo federal.

### **As interpretações clássicas sobre a metamorfose dos partidos de trabalhadores**

A bibliografia clássica que trata do movimento de transformação de partidos com origem proletária, de partidos radicais, ligados à teses marxistas, a partidos reformistas, “socialdemocráticos”, é conhecida e teve por principal objeto de análise a

trajetória do Partido Social-Democrata Alemão (SPD). A social-democracia alemã que já foi dirigida pela elite dos teóricos marxistas após a morte de Marx e Engels, progressivamente tornou-se a maior potência eleitoral do país, mas cedeu às imposições da Primeira Guerra Mundial. Em 1918, assumem o poder de uma Alemanha devastada, não realizam uma transformação radical e sucumbem ao nazismo.<sup>4</sup> No pós-guerra, contudo, assumem a dianteira do processo de promoção das políticas de Bem-Estar Social ao mesmo tempo em que passou a se opor a qualquer perspectiva revolucionária. Distinguem-se nesta literatura três tendências interpretativas (1. Conservadora, 2. Marxista, 3. Crítica) ao qual buscaremos aqui sintetizar:

Do clássico trabalho inaugural da ciência política dos partidos políticos, a tese de Michels (1982) sobre a tendência inevitável de oligarquização dos partidos políticos tomando o caso do socialdemocrata alemão continua a evocar sua legitimidade frente à tendência empírica. Em outra via, buscando conjugar Weber e Schumpeter, Seymour Lipset (1992) irá descrever que as fontes da política proletária tendiam a ser progressivamente reformistas quando o proletariado tornava-se incluído na democracia política, o que levava à diminuição dos conflitos de *status* e conseqüentemente diminuía-se as fontes políticas radicais na classe trabalhadora. Considera-se “conservadoras”, pois ambas teorias acabam privilegiando o estabelecimento de certas tendências inevitáveis que encobrem a complexidade do conflito de classes na sociedade capitalista e torna anômalas perspectivas revolucionárias para o proletariado (mesmo quando este assim o fez). A defesa da democracia torna-se automaticamente uma defesa do capitalismo.

Da interpretação marxiana sobre o processo de formação da classe trabalhadora, “de classe” em si a “classe para si” e o papel das crises econômicas para a realização deste movimento (Marx, Engels, 2002; Weber, 1977), da interpretação de Lenin (2010) da classe trabalhadora como reformista quando relegada ao sindicalismo, à defesa do trabalho de intelectuais orgânicos e do partido revolucionário por Gramsci (2007) para a consecução de uma estratégia revolucionária conseqüente, podemos ver que mesmo no campo marxista a revolução não era considerada algo dado na classe trabalhadora, mas algo a ser construído com auxílio da teoria e da organização revolucionária. Trotsky

---

<sup>4</sup> Consideramos tratar a “social-democracia” como sinônima da política reformista entre os partidos de trabalhadores. Contudo, é importante salientar que historicamente a social-democracia diz respeito a partidos que tiveram origens radicais/marxistas, mas que progressivamente foram excluindo esta base teórica e assumindo o keynesianismo – enquanto a defesa da capacidade estatal de gerenciar a economia – e o neocorporativismo – uma vertente democrática de uma política de harmonização do conflito social.

(2005), renegado pela social-democracia e pelo Partido Comunista da União Soviética, produziu explicações sobre a degeneração política e moral dos dirigentes da classe trabalhadora. Contudo, nunca se considerou que por si a classe trabalhadora seria essencialmente revolucionária ou essencialmente reformista, mas sim que no processo de luta de classes presente na sociedade capitalista a classe poderia assumir-se enquanto classe revolucionária, tendo no partido revolucionário seu principal instrumento. Contudo, o destaque dado à centralidade da classe trabalhadora à revolução e a própria intensidade do conflito que se abriu após a Revolução Russa, levou ao marxismo clássico a ver a social-democracia reformista apenas como “traição” e não como uma possível opção política da classe trabalhadora com derivações lógicas e materiais. Contudo, a crítica que a social-democracia não conduz “pacificamente” ao socialismo, além de enfraquecer as organizações políticas dos trabalhadores, se mostrou correta com a crise da social-democracia na década de 1970.<sup>5</sup>

O que aqui chamamos de perspectiva crítica diz respeito aos teóricos considerados “neomarxistas”<sup>6</sup>, tal como Adam Przeworski (1989) e Claus Offe (1994). Apesar das simpatias e posicionamentos políticos favoráveis a social-democracia, estes autores possuem uma produção que visa explicar as razões que levaram aos trabalhadores a preferirem o reformismo ao radicalismo na trajetória política dos principais países ocidentais. Para Przeworski, a democracia é um dos principais mecanismos de promoção do consentimento. Apesar de sujeitos a dominação permanente da burguesia, a indeterminação do jogo democrático proporciona a possibilidade (mesmo que aparente) de realizar alguns dos interesses materiais dos subordinados. Além disto, a concessão de certos interesses materiais através de melhores salários e políticas estatais como a previdência social e universalização de serviços de saúde e educação, permitiu aos trabalhadores conciliar interesses com suas burguesias. Este processo se deu como contraponto à influência comunista e enquanto fórmula pacificadora no pós-Segunda Guerra, promovendo a mitigação do conflito social através da promoção de um equilíbrio político entre capital e trabalho. Contudo,

---

<sup>5</sup> Como descreve Henri Weber: “contrariamente ao postulado-base do marxismo, o potencial revolucionário das massas populares não cresceu com o desenvolvimento do capitalismo avançado. Aparentemente, foi o contrário que se verificou. Principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, mas já muito antes, nos países anglo-saxões e escandinavos, que o crescimento do capitalismo avançado é acompanhado por uma crescente integração da classe operária” (Weber, 1977, p.10).

<sup>6</sup> Apesar do termo ser vago, ele é tendencialmente utilizado para referir-se ao movimento, tanto político quanto teórico, de uma série de intelectuais que buscaram através de métodos das ciências sociais renovar o arcabouço metodológico da tradição marxista, tal como o emprego da teoria dos jogos, do individualismo metodológico ou do culturalismo

longe de eleger a social-democracia como uma via para o socialismo, consideram a social-democracia enquanto uma política reformista do capitalismo, mas que por sua própria trajetória e opções não conduz à revolução e possui limites estruturais (tal como descrito pelos marxistas clássicos).

Neste sentido é interessante combinar a crítica marxista à social-democracia enquanto perspectiva da sua impossibilidade enquanto estratégia à revolução socialista com a compreensão que os trabalhadores geralmente assumiram uma postura social-democrata quando as burguesias concedem certos interesses políticos e materiais.

No Brasil, é evidente que o combate à inflação acabou se tornando a grande política de “concessão”, já que a estabilização democrática e monetária pressupunha conservadoramente a promoção do consumo de massas (Oliveira, 2001). O PT no governo não alterou esta política, mas buscou a ampliação de concessões de políticas sociais e salariais, tanto aos mais pobres como para grande parte da classe trabalhadora, como atesta o aumento no salário mínimo real durante o período de 2003 a 2010 e redução de desigualdades sociais (IPEA, 2012). Contudo, longe de acumular forças em torno de uma transformação social profunda, o PT tornou-se promotor de uma conciliação de interesses entre empresariado e trabalhadores e afastou-se de perspectivas revolucionárias. Neste sentido, é interessante evidenciar como a esquerda brasileira apresentou este processo de metamorfose e que posicionamentos políticos derivam desta.

### **As interpretações da metamorfose do PT**

Apresentou-se os elementos centrais da metamorfose do PT, dando destaque a leitura de seu projeto de transformação da sociedade brasileira e de como esta leitura foi se distanciando dos objetivos iniciais até tornar-se o que negava nas origens. Além disto, observamos como a sociologia apresentou modelos sobre a metamorfose dos partidos com origem na classe trabalhadora. Neste momento cabe perceber como diversos agentes políticos e intelectuais identificaram esta metamorfose, de dentro e de fora do PT. Desta forma, para simplificar e tornar didática a exposição, iremos apresentar estas leituras em dois momentos. Num primeiro, a interpretações de agentes situados no PT, através da exposição de Emir Sader, Valter Pomar, Paul Singer e Lincoln Secco; num segundo momento, as interpretações de agentes situados à esquerda

do PT e que outrora compuseram o partido, Mauro Iasi, Luciana Genro & Roberto Robaina e Ciro Garcia.

### **Interpretações da esquerda petista**

**Emir Sader** é um intérprete posicionado no centro-esquerda político do PT. Ele mesmo, é expressão da metamorfose do PT. Um intelectual marxista crescentemente afastado da ortodoxia que pregava. Atualmente, apresenta-se como interlocutor e defensor de uma leitura do “centro-esquerda” petista e tendo por principal alvo de seus comentários os críticos à esquerda do PT, buscando, contudo, divulgar o potencial transformador que o PT teve no Brasil e no “acúmulo de forças” resultante deste processo.

Em uma tentativa de justificar a metamorfose do PT e ao mesmo tempo justificar a continuidade do seu papel histórico, Sader aponta para uma analogia e continuidade em Lula e Dilma da tradição “progressista” do legado de Vargas e Jango:

O governo Lula representa uma nova expressão do campo popular, que teve nos governos de Getúlio e de Jango, seus antecedentes mais próximos. Governos de coalizão de classes, pluriclassistas, que assumem projetos de unidade nacional, com forte peso das políticas sociais. De Getúlio a Lula transcorreram décadas fundamentais, com elementos progressivos e regressivos, contraditórios, que chegam até o começo dos século XXI vivendo um circunstância nova, que pode se fechar, como marcante parênteses ou como ponte para a ruptura definitiva do modelo herdado e a continuidade em um novo patamar da construção de um país mais justo, democrático, soberano (Sader, 2012, p. 10).

Se a caracterização é correta, contudo, Sader parece evitar julgar o passado do PT para o papel que assumiu: de dar continuidade ao que negava – o trabalhismo/populismo e a conciliação de classes, exatamente o que impossibilitava a classe trabalhadora de ser um ator com autonomia e combativo. Mas indica aspectos importantes e centrais para a metamorfose do PT – indicando na sua leitura a própria “aceitação” do caminho trilhado.

Para ele, o desempenho de Lula em 1989 se baseava no sucesso das bandeiras de “ética na política e justiça social”, que constituíram “as propostas fundamentais da esquerda”. Contudo, “o tema da crise fiscal do Estado e da luta contra a inflação começava a projetar-se, pegando desprevenida a esquerda”.

Apesar do impeachment de Collor e das Caravanas da Cidadania realizadas pela campanha de Lula no interior do país – centrado no tema da justiça social – “a hegemonia neoliberal crescia de forma avassaladora” e a “esquerda foi pega de surpresa”: “Lula foi atropelado pelo Plano real e pela candidatura de FHC, que

conseguiu impor como tema central a luta contra a inflação”. Ali pode-se identificar o giro do PT para o autor (Sader, 2012, p. 13).

Assim, apesar do destaque em representar um “campo popular” que propunha limites à ortodoxia neoliberal, por fim o PT acabou tendo que assumi-la, já que havia perdido a iniciativa política e a sua própria agenda política. Emir Sader assim consegue explicar que a vitória de Lula, acompanhada pelo refluxo dos movimentos sociais, é o produto do fracasso e rejeição do governo FHC, mas não de retomada de iniciativa e capacidade de apresentação de uma agenda própria. Desta forma, deu-se continuidade à agenda ortodoxa no primeiro governo, e com a ampliação das políticas sociais se constituiu a base social de apoio ao segundo mandato, apesar da “crise de 2005”.

Assim, o governo Lula, tanto pela representatividade advinda do passado ligado aos movimentos sociais, como pelas políticas sociais que estabeleceram a base de apoio ao governo, tornou-se representante do “campo popular” no Brasil, cuja polarização se processa – diga-se de passagem, como defendiam os trabalhistas na polarização populista do pré-1964 - contra as “elites tradicionais” do Brasil.

**Valter Pomar**, outro interlocutor do campo petista, é secretário de relações internacionais do Partido e dirigente da Articulação de Esquerda, atualmente corrente da esquerda petista cuja origem se encontra na “Articulação dos 113”. A sua leitura é importante, pois também analisa o PT diretamente sobre o prisma de sua “metamorfose”, conforme o título da tese em que trabalha esta questão: “A Metamorfose: programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005”. Ou seja, para este dirigente, é evidente que o PT transmutou-se para formas distantes e opostas às suas originais, principalmente ao atingir o governo federal.

A forma como apresenta esta leitura é compreendida levando em conta as relações do partido com sua época, diretamente ao conflito entre as diferentes forças políticas, sociais e econômicas, em escala nacional e internacional, quanto externa e internamente ao partido. Para analisar este conflito, empregou o conceito de disputa hegemônica na sociedade, no qual o conflito capital vs. trabalho supera as portas das fábricas e abarca toda a sociedade e ambas as classes buscam convencer outros grupos sociais para fortalecer seus projetos.

Contudo, o PT nasce em um Brasil onde a hegemonia da classe dominante está estruturada, e apesar das crises com o processo de redemocratização e ascensão rápida do PT para antagonista da classe dominante em 1989, ele não consegue criar uma contra-hegemonia forte. Além disto, o PT, na sua indefinição doutrinária, acabou



adaptando-se fortemente às teses desenvolvimentistas da tradição da esquerda no Brasil. No esforço da construção desta hegemonia não restou muito que fazer frente à defensiva dos trabalhadores sobre o influxo do neoliberalismo e da reestruturação produtiva e a leitura do “campo majoritário” do partido adaptou-se a esta hegemonia, acabando por reproduzi-la, apesar de buscar apresentar-se enquanto uma variável que combine o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Como destaca Pomar, sobre a leitura dos membros do campo majoritário do PT:

Para os partidários desta corrente de opinião, a chegada do PT ao governo federal seria *em si* um progresso para o Brasil, no sentido da superação do neoliberalismo e, quiçá, um sinal de que o Brasil estaria, finalmente, caminhando em direção ao Estado de bem-estar social. Nesses termos, a *social-democratização do PT* seria apenas uma coerente adaptação a uma nova situação estratégica: tanto no Brasil como nos países capitalistas avançados, a revolução e o socialismo estariam totalmente fora da agenda política (Pomar, 2005, p. 257).

Tendo em vista a proposta inicial do PT, ele se metamorfoseou para uma leitura timidamente próxima da social-democracia clássica. Mas para Pomar, a diferença é que continua a haver uma “esquerda” (“que defende o socialismo e a revolução”) no PT e que as medidas governamentais em boa parte não foram gestadas no partido, e nem aprovadas por este, mas sim pelo planalto.

Para o autor, o processo de “adaptação do PT” foi uma construção histórica com dois movimentos: um externo, através das pressões da burguesia; e outro interno, a partir de setores do próprio PT. Este setor interno teria se transmutado para uma “classe pequeno-burguesa”, refletindo uma leitura de “aristocracia operária”. Esta, identificada ao campo majoritário teria levado adiante, no governo, a hegemonia burguesa no Brasil – que buscou “cooptar e derrotar simultaneamente”, o partido de trabalhadores. Este teria perdido então parte das bases sociais construída inicialmente. A rejeição e o pouco debate teórico sobre o socialismo foram centrais para chegar a este ponto. Mas esta cooptação e transfiguração não teria ainda atingido o PT ao todo. Como adverte o autor:

Nada impede, ainda, que as posições hoje hegemônicas no governo possam vir a se tornar hegemônicas no PT, não da forma passiva como ocorreu em 2003 e 2004, mas de uma forma ativa: o Partido assumindo *em toda linha* as teses liberais ou “desenvolvimentistas” (na prática, um subdesenvolvimentismo ou “desenvolvimentismo adequado a hegemonia neoliberal”) (Pomar, 2005, p. 279).

Lula, então, seria representante desta leitura e desta inflexão da classe trabalhadora no Brasil, que atua da luta “sindical” (economicista, que busca ganhos “privados”) para a luta política (visando rupturas e pensando no “público”) e retornando a uma leitura “sindicalista”, mesmo que enquanto presidente do Brasil:

Entendo que o Lula presidente da República *pensa e atua como se fora um dirigente sindical*, para quem a expansão dos negócios da *empresa Brasil* amplia as chances de “remuneração” da classe trabalhadora, cabendo ao governo atuar como uma diretoria de sindicato, arbitrando conflitos. Noutras palavras: a transformação de um sindicalista em dirigente partidário e deste em presidente da República o metamorfoseou... num dirigente sindical (Pomar, 2005, p. 285-6).

Para “retomar” o PT seria então necessário um regresso do campo de “centro-esquerda” do PT aos debates fundamentais da estratégia socialista pensada para a situação da atual correlação de forças, que para o autor, apesar do PT no governo, ainda muito desfavorável. Mas dependendo da conjuntura poderá haver possibilidades de rupturas e o PT poderá ainda se radicalizar. Contudo, “no terreno atual, da conjuntura imediata, o socialismo não é necessariamente uma alternativa, mas pode vir a ser” (Pomar, 2005, p. 295).

Visto as interpretações acima, iremos passar para a leitura de dois intelectuais e assumidamente participantes do partido. Iniciaremos pelo historiador **Lincoln Secco**, cuja obra causou destaque ao ser lançado no trigésimo aniversário do partido e que conta com um certo lastro de “oficialidade” pela intelectualidade petista, resumida em ceticismo e crítica, conjugada com certo grau de aceitação e crítica às correntes de esquerda que romperam com o PT.

Para Secco, apesar da distância temporal e espacial, “o PT não esteve distante da trajetória Social Democrata desde o início”. Repetindo as fases desta, de “maneira concentrada”, surgiu de bases extra-parlamentares e socialistas, tornou-se progressivamente um partido a disputar eleições e se consolidar como oposição predominantemente parlamentar e na última fase, tornou-se o partido do governo cuja identidade socialista e nacionalista foi superada pela “tendência tecnocrata eivada dos vícios da política tradicional brasileira” (Secco, 2011, p. 259). Concorde nesta medida, tanto com a tese da burocratização e “aburguesamento” dos dirigentes proletários, expressa em Michels; bem como a leitura de Przeworski, da subordinação do internacionalismo ao nacionalismo, da classe para o “povo”, da oposição da burguesia à sua aceitação, etc. Secco vai destacar preponderantemente a tendência à burocratização e dependência financeira ao parlamento e órgãos executivos (prefeituras, governos), o que destitui o papel dos núcleos de base e correntes organizadas (que passam a servir mais à divisão de cargos).

Contudo, “não queremos dizer que o destino estava dado em 1980. O proletariado que deu impulso ao PT é, para Marx, um elemento estrutural do capital e

também sua negação.” Concordando com Pomar entre outros marxistas, o PT expressou esta dimensão, tanto da negação como da adaptação. Por isso, rejeita interpretações que busquem identificar a adaptação a um “natural” reformismo da classe trabalhadora.

Secco, buscou para explicar o processo de amoldamento (que também não estava “pré-destinado” à social-democracia clássica) através da análise dos ciclos de acumulação do capital globalizado, expostas no esquema das “ondas de Kondratiev”. O PT, diferentemente da social-democracia que conseguiu consolidar o “Estado de Bem-Estar”, nasceu em uma conjuntura recessiva de acumulação do capital, identificada na queda da taxa de lucros e ofensiva neoliberal a partir de 1979. O PT teve seu “transformismo” realizado de forma antecipada dada a conjuntura que nasceu, o que o levou a assumir posições moderadas frente à forte ofensiva de direita, frente à burocratização, frente à defensiva dos movimentos sociais e frente à indefinição estratégica.

Assim, uma certa determinação estrutural justificaria o processo petista e sua velocidade, mas o julgamento histórico dentro desta estrutura limitada não deixa de ser paradoxalmente positivo, sem deixar de expressar que o caminho não está fechado:

Assim, não podemos negar que Lula e o PT tiveram a capacidade de compreender as contradições sociais de seu tempo. Elas encontraram a forma na qual podiam se mover. E este é, no fim das contas, o método pelo qual elas são resolvidas segundo Marx. Ao menos até o instante em que o leito em que adormecem os conflitos se torne estreito demais para acomodá-los (Secco, 2011, p. 266).

Outra interpretação de destaque acentuado provém de um dos intelectuais, com atuação política no primeiro governo de Lula enquanto porta-voz da Presidência da República, **André Singer**.

André Singer retoma o conceito formulado pelo pai, Paul Singer, no início da década de 1980 para explicar as limitações de um projeto de ruptura no Brasil: o “subproletariado”. Esta fração da classe trabalhadora é constituída por uma “sobrepopulação superempobrecida”, constituindo numericamente metade da população econômica ativa. Esta fração tem origens na formação histórica brasileira, do passado escravocrata, uma população regionalmente localizada no Nordeste e Norte e que pelas limitações da estrutura econômica destas regiões, não consegue se incorporar à condição proletária. Não consegue articular-se formalmente em organizações sociais e política com pretensões à autonomia e desta forma é facilmente aproximada de políticas assistencialistas e conservadoras via Estado. Utiliza em analogia a explicação de Marx sobre as massas urbanas pauperizadas e sobre o campesinato, n’O Dezoito de

Brumário,<sup>7</sup> bem como a “questão meridional” de Gramsci para explicar as limitações da unificação italiana e da consolidação da hegemonia burguesa.<sup>8</sup>

Para Singer, há, claramente a partir de 2006, um realinhamento político brasileiro, uma separação política entre ricos e pobres, onde o “lulismo” emerge enquanto o encontro de uma liderança – a de Lula – com uma fração de classe, o subproletariado, que viu “na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem” (Singer, 2012, p. 67).

Esta aliança, que foi responsável pela vitória eleitoral de 2006 (apesar do desgaste político causado pelo mensalão) e pela vitória eleitoral de 2010 da até então desconhecida Dilma Rousseff, teve seus principais pontos tecidos durante o primeiro governo e aprofundados no segundo: o combate à pobreza como carro chefe do governo, por meio da concessão de bolsas e da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo principalmente da metade mais pobre da sociedade, concentrada no Norte e Nordeste brasileiro, mas disseminada por todas as regiões do Brasil.

No segundo mandato, há uma continuidade e diminuição da desigualdade através da integração do subproletariado à condição proletária, via emprego formal – a formação da chamada “nova classe média”. Desta forma, defende o autor, a continuidade deste projeto político revela uma profunda reordenação de forças sociais e econômicas, e que este “projeto reformista moderado” apresenta-se enquanto a síntese da transição do PT da ideologia radical dos primeiros tempo ao PT “amigável ao capital”, permitindo a convivência dos princípios estabelecidos em sua fundação em 1980 aos do programa de governo de 2002.

Para o autor, o PT expressou “duas almas”: o “espírito de Sion”, expresso no anti-capitalismo da fundação do PT no Colégio Sion em São Paulo em 1980, que para o

---

<sup>7</sup> Para Marx, a base de apoio que garantiu a ascensão de Louis Bonaparte ao poder da França residia centralmente no campesinato, a “pequena-burguesia rural”. Uma classe que ao mesmo tempo não é classe, pois não consegue atingir uma organização nacional, não se manifesta coerentemente. Mesmo que numericamente superior ao proletariado urbano, o campesinato agia como “batatas” dispersas em um “saco de batatas”. Marx, 2000.

<sup>8</sup> A “questão meridional” a que Gramsci se referia era relativa às desigualdades estruturais na sociedade italiana, geograficamente diferenciadas entre o norte – desenvolvido – e o sul – semifeudal. Esta desigualdade levou a impasses, tanto durante a unificação italiana, como para pensar uma estratégia de ruptura socialista. Contudo, tinha uma funcionalidade ao regime capitalista, dado que o atraso do sul representava um mercado cativo e fonte de mão-de-obra barata. A massa camponesa do sul era ligada aos grandes proprietários rurais e incapaz de dar uma expressão centralizada às suas aspirações. Singer realiza então um paralelo com nossa “questão setentrional”, marcada pelas grandes propriedades rurais, pelo coronelismo e por grandes massas camponesas subordinada (Singer, 2012, p. 41-2).

autor vai perdurar até as eleições de 2002; e o “espírito de Anhembi”, expresso nas intenções aprovadas pelo Diretório Nacional do PT durante a campanha de 2002 que irão ser expressos no acordo com o capital através da “carta ao povo brasileiro”, mas que posteriormente irão aprofundar a “popularização” do partido, ou seja, sua aproximação com o eleitorado mais pobre. Apesar da “segunda alma” tornar-se dominante e de ter expulsado os “rebeldes” em 2003 (parlamentares que não votaram a reforma da previdência), para Singer, a primeira alma continua viva no PT: A razão da convivência se deu pelo fato de que os dois mandatos de Lula formaram uma síntese contraditória das duas almas do PT: “Foi o fato de ter sido viável promover simultaneamente, políticas que beneficiam o capital e a inclusão dos mais pobres, com melhora relativa da situação dos trabalhadores”. Contudo, “é claro que a luta de classes perdeu o lugar de honra” e foi substituída “por um projeto nacional-popular, que não é incompatível com os interesses do capital”. O retorno a um discurso nacionalista e popular como no pré-1964 é, para Singer, “irônico” para quem viveu o espírito anti-populista de Sion. Já, para o espírito de Anhembi, “com sua valorização neoliberal, parece até avançado” (Singer, 2012, p. 122-3).

### **Interpretações da oposição de esquerda ao PT.**

Este segundo momento visa qualificar o debate apresentando intérpretes provenientes do PT mas que apresentam uma leitura crítica ao papel deste em uma estratégia de ruptura socialista com o capitalismo.

Iniciamos esta leitura com a obra de **Mauro Iasi**, ex-militante do PT e atualmente membro dirigente do PCB. Na obra, “Metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consenso”, resultante de sua tese de doutorado (2005), Mauro Iasi irá fazer uma profunda digressão sobre a leitura marxista sobre a classe trabalhadora, de seu processo de construção às posições políticas que esta pode tomar. Do processo de formação, do indivíduo, ao grupo e à identificação de classe, o caminho percorrido não é simples. Sinteticamente, o argumento central é que se o proletariado é parte integrante do capital ele também pode se integrar moderadamente ao sistema e os esforços da burguesia caminham neste sentido. Este processo teórico é visível no processo de metamorfose do PT.

A classe trabalhadora pode articular-se enquanto classe e afirmar um projeto distinto, de superação da dominação e conseqüentemente da sociedade de classes. Este

caminho passa, evidentemente, pela própria organização da classe trabalhadora enquanto classe e do firmamento de suas organizações políticas, econômicas e culturais capazes de se afirmar enquanto o germe da nova sociedade. O caso soviético é claro neste sentido, já que coube aos “conselhos de operários, camponeses e soldados” (os soviets) afirmar-se enquanto novo poder da nova sociedade. Com a classe trabalhadora afirmando-se enquanto “classe” ela adquire um significado político de ruptura, que contudo, necessita passar pelo crivo da luta contra a outra classe que geralmente já se encontra sob formas mais organizadas e permanentes.

A decorrência da impossibilidade de ruptura leva à derrota da classe enquanto projeto alternativo que pode, então, metamorfosear-se para formas ideológicas próximas as que combatia em seu processo de afirmação enquanto classe. Daí a metamorfose da negação para o consenso, para o retorno à sua situação de agentes individuais dispersos ou de grupos organizados sob lutas importantes do seu ponto de vista momentâneo (uma consciência sindical), mas não de ruptura (consciência anticapitalista).

Para explicar o processo de amoldamento do PT, Iasi focou os impactos do contexto histórico sobre o PT. Desta forma, Iasi analisou em os principais documentos e resoluções dos Encontros e Congressos do PT, evidenciando nestas um crescente amoldamento ao capitalismo, reduzindo a luta “anti-capitalista” por uma leitura de crescimento econômico sob o princípio da justiça social, como foi constantemente referenciado nesta pesquisa.

Para Iasi o PT foi resultado de uma “claro momento de fusão de classe”, onde “transgrediu normas, subverteu regras, incomodou”, “ousou praticar formas que deveriam marcar as relações da sociedade projetada como futuro”. “Mas a efetiva superação da velha ordem exigia a conjuração de uma série de fatores históricos que não se apresentaram.” Exatamente quando o PT amadurecia, a classe do qual partiu suas bases, “já estava sofrendo uma enorme derrota pela ação do capital em sua reestruturação produtiva na própria base da produção do valor”. Assim o PT entra em cena quando a classe trabalhadora está sendo derrotada mundialmente e onde as experiências socialistas estão ruindo. Contudo, ressalva: “Não são apenas as contingências externas que atuam sobre o fenômeno, mas as ações dos sujeitos diretamente envolvidos igualmente imprimem sua marca no produto final” (Iasi, 2012, p. 530-1)

Neste ponto, indica a debilidade dos militantes do PT em não superar a experiência anterior, “a definição precisa do caráter da revolução brasileira como uma

revolução ainda do ciclo das revoluções democrático burguesas ou já como uma revolução socialista”. Assim, “as formulações originárias do PT intuem isso, mas não levam às últimas consequências as críticas à teoria das ‘etapas’ própria do universo do PCB”. Frente à derrota no campo do mundo do trabalho, ao invés de ser “a consciência do possível que mantinha a meta socialista apesar do momento prático de derrota”, “tornou-se a consciência da impossibilidade de ruptura”.

Neste sentido, concorda citando Adam Przeworski, quanto ao papel do partido em moldar a própria identidade da classe e de como, de formadores da consciência de classe, tornam-se os desmobilizadores desta: “ao se moldar pelo comportamento da classe em seu refluxo, o partido acaba por agir de volta e moldar a classe dentro dos limites deste refluxo” (Iasi, 2012, p. 534).

Sinteticamente o autor acorda com Przeworski quanto ao dilema da estratégia eleitoral dos partidos socialistas, que o levaram à incorporação de outros interesses (médios) e descaracterizavam a consciência distinta de classe. Neste sentido, os partidos social-democratas tornavam-se “representantes de toda a nação”, o que diluía a relação política em termos de classe e voltava a reduzi-la em termos de “indivíduo-nação”, o que torna as experiências muito parecidas.

Além disto, o paradigma keynesiano assumido pelos social-democratas torna-se incrivelmente próximo da “forma estranha de um ‘mercado interno de massas’”, como defendido no PT. Daí tornam-se identificados e governam junto aos que outrora eram chamados de “exploradores”.

Assim, entre o crescimento num mercado de dinâmica competitiva e a distribuição das riquezas, os social-democratas precisam crescentemente optar pela primeira, pela capacidade de gerar lucros para os capitalistas, apesar de manter discursivamente o tema da distribuição. Esta seria, resumidamente a “armadilha” e “ilusão” social-democrata que o PT incorporou, apesar de negá-la de início. (Iasi, 2012, p. 540-547)

Neste processo, o autor questiona o caráter de classe que o PT passou a assumir. Se os social-democratas colocavam-se na ilusão de continuar servindo às massas trabalhadoras, para Iasi esta ilusão se perdeu em algum momento no PT. Na leitura de Iasi, “trata-se, segundo nossa avaliação, de uma velha conhecida”, a “pequena burguesia”, que pode ser identificada na crescente autonomia do bloco dirigente do partido em edificar ao seu entorno uma “camada técnica”, de “operadores”, “funcionários capacitados e competentes para exercer sua função”, geralmente com

formação na FGV ou na PUC-Rio, ou de novos operadores de mercado através da gestão dos fundos de pensão dos grandes bancos. Originalmente identificada em Marx no “18 de Brumário de Louis Bonaparte”:

Tratava-se de um projeto que acredita estar acima de tudo isto, pairando na neutralidade edificante da “nação”. Trata-se de um pequeno setor social espremido entre o capital e o trabalho e que teme a colisão das classes, exatamente por estar no meio dela. Trata-se de um setor social que gostaria de diluir o antagonismo de classes para finalmente resolver sua incapacidade crônica em superar sua heterogeneidade (que, uma vez projetada defensivamente para fora na sociedade, a vê como “pluralista”) e falta absoluta de coerência, o que a obriga sempre a oscilar entre a defesa da ordem do capital, ou, quando em perigo, radicalizar-se nos braços do povo (Iasi, 2012, p.555)

Para Iasi parece haver uma aproximação evidente entre o caráter de pequena burguesia exposto em Marx e a direção geral da mudança vista no PT. A base social desta mudança é identificada “na *burocracia partidária e sindical* formada neste processo”, tomando por referência o controle de espaços estatais/parlamentares ou dos níveis mais elevados da estrutura sindical, que movem recursos consideráveis.

Para Iasi, a saída apresentada, para que seja possível uma ruptura com o capitalismo, deve ser buscada na construção urgente de uma crescente *intransigência*, tomada enquanto (citando Gramsci), “o predicado necessário do caráter”, e que “a intransigência é não permitir que se adotem – para alcançar um fim – meios não adequados para o fim e de natureza diversa ao fim” (Iasi, 2012, p. 564)

Em uma postura semelhante, **Cyro Garcia**, dirigente político do PSTU, irá destacar em sua pesquisa os elementos centrais da direção petista que levaram o “PT de oposição à sustentação da ordem”.

Enquanto porta-voz de uma das forças que são expulsas do PT em 1992, a antiga Convergência Socialista (atualmente congregado no PSTU), Garcia identificou a passagem do PT de um projeto anti-capitalista para um reformista de tipo “social-democrata” ainda em 1991. Deste, teria se transmutado progressivamente em um adpeto do tipo social-democracia européia de “terceira-via”, ou seja, adepta de parte da ortodoxia neoliberal.

Neste processo, as vitórias na eleição de 1988, possibilitam a burocratização de diversos quadros dirigentes que tiveram que se incrustar no aparelho de Estado burguês, tanto nas administrações municipais como parlamentares. Esta situação, para o autor, foi agravada “quando diversos sindicalistas petistas assumiram postos dirigentes em organismos de gestão do capital financeiro, como o Conselho de Gestão do FAT, no



BNDES,<sup>9</sup> ou nos fundos de pensão”. Neste último caso, foco do autor em sua pesquisa, foram de importante valia para o processo de privatizações do governo Fernando Henrique, já que os fundos de pensão dos trabalhadores dos grandes bancos públicos serviam enquanto “formadores de capital para o mercado financeiro, contraditando o argumento falacioso que seu objetivo principal é garantir a aposentadoria de seus participantes” (Garcia, 2011, p. 217).

Neste processo, os dirigentes que assumiam o papel de administradores em órgãos de gestão compartilhada com o capital, “se distanciam de sua classe de origem, passando a viver outra realidade, com altíssimos salários e outros privilégios, mas não chegam a conformar outra classe social”. Praticam, referenciando-se em Hobsbawm, uma “co-exploração” na medida em que tornam-se “co-empregadores de outros trabalhadores”. Tornaram-se assim, uma “aristocracia do trabalho”. Referenciando-se em Trotski, identificou estes agentes como uma burocracia voltada cada vez mais a defesa de seus próprios interesses – “daí seu peso nas reelaborações teórico-programáticas” (Garcia, 2011, p. 218). Corroborando com isto, houve mudanças na prática petista de financiamento de campanha, com crescente uso de recursos de grandes empresas e do “caixa-dois”.<sup>10</sup>

Para Garcia, longe das formulações de “revolução democrática”, que pregavam uma luta “anti-imperialista” e de “reforma agrária”, “o PT se transformou num partido de sustentação da ordem neoliberal, integrando-se totalmente ao capital”. Destacando que a ordem neoliberal levou a intensas resistências por parte dos explorados, tanto do movimento sindical, como do MST, citando as análises do historiador Eurelino Coelho, destaca que “o principal trunfo da esquerda do capital para disputar a hegemonia entre os demais setores da classe dominante é a sua condição de força hegemônica nas classes subalternas”. Assim, “o sentido de atuação do campo majoritário foi o de impedir que o descontentamento se organizasse com independência de classe e o de dirigi-lo para manifestações dentro da ordem” (Garcia, 2011, p. 221).

Assim, com iniciativas de cerceamento do direito de greve, na transformação dos usineiros em “heróis”, Garcia destaca que o PT se transformou “num partido de retórica social-democrata, mas de uma prática neoliberal ortodoxa. Com certeza ainda terá vida

---

<sup>9</sup> Fundo de Amparo do Trabalhador; Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, respectivamente.

<sup>10</sup> Caixa dois consiste no repasse não declarado de recursos por empresas para candidatos, o que dificultaria a ligação de ambos em casos de favorecimento ilícito. É um meio ilegal de financiamento, mas que dominou e ainda domina a prática política dos grandes partidos políticos no Brasil.

longa enquanto aparato eleitoral, mas enquanto instrumento de luta dos trabalhadores já não existe mais”. Assim, destaca que o grande desafio dos movimentos sociais autônomos e independentes está em superar o ciclo de PT e abrir um novo ciclo na história do movimento dos trabalhadores no Brasil. Assim, o PT e a CUT precisam ser superados para o “novo” se afirmar.

Desta forma, para Garcia, o PT estaria longe de uma experiência social-democrata clássica, apesar de próximo da linhagem da “terceira via” apresentada nas últimas décadas e boa parte desta se deve à transmutação do grupo dirigente para uma “aristocracia operária” co-exploradora.

Por fim, destacamos a leitura do dirigente político e historiador **Roberto Robaina** e da ex-deputada **Luciana Genro**, ambos afastados do PT em 2003 (Luciana expulsa do partido na condição de parlamentar), em explicar “a falência do PT” e reafirmar “a atualidade da luta socialista”. Ambos fazem parte do Movimento Esquerda Socialista, atualmente tendência política do PSOL, que tem por origem o legado do “marxismo-leninismo” trotskista do Movimento Convergência Socialista.

Através de uma exposição das lutas que se processaram no século XX, evidencia que o “falso socialismo” representado pela burocracia soviética ainda servia de referência a inúmeros militantes petistas e para os trabalhadores do mundo. Seu desmoronamento com as movimentações abertas em 1989 também levaram a derrocada da idéia de “socialismo” em nível mundial. Além disto, a social-democracia européia que havia articulado programas de melhoria das condições de vida dos trabalhadores europeus também ruia frente a crise aberta na década de 1970. Apesar das tentativas de criar um polo alternativo durante o século XX, como a IV Internacional, ou dos movimentos anti-imperialistas que se seguiram na África, Ásia e América Latina, até mais recentemente,

a conclusão que vai se impondo é a seguinte: o projeto socialista não existe na consciência das massas, nem os trabalhadores avançados têm ferramentas como em seu momento foi a Terceira Internacional, mas o capitalismo perdeu aliados e não tem mais a confiança que tinha sobre si mesmo. Com a distância da revolução russa, a bancarrota do stalinismo e a crise da social-democracia abre-se um período novo, em que não há modelos previamente definidos, em que as massas terão que ir pautando as possibilidades da invenção de um futuro socialista para a humanidade (Genro, Robaina, 2006, p. 40).

Ou seja, o “falso socialismo” que criou ilusões precisa ser superado através da consecução de novas lutas que superem a falta de perspectivas do período conservador das últimas décadas.

Identificam no trabalhismo inglês um caso paralelo para estudar o caso do PT. De partido reformista, o partido trabalhista inglês vai paulatinamente aderindo ao receituário neoliberal, atingindo o clímax durante o governo Blair. Neste sentido, dialogando criticamente com o historiador Eric Hobsbawm que identificava no trabalhismo as chances de se estabelecer e fortalecer uma solidariedade de classe nos trabalhadores ingleses, identificam que neste caso, como no PT: “foi o desenvolvimento do Partido Trabalhista que solapou a identidade de classe dos trabalhadores ingleses, não a falta de identidade de classe que enfraqueceu o trabalhismo” (Genro, Robaina, 2006, p. 63).

Neste sentido, explicam a situação destes partidos enquanto um retorno às idéias de Berstein, da defesa da capacidade dos “socialistas” de poderem controlar e manejar as crises capitalistas em proveito dos trabalhadores. Contudo, o que explicaria a conversão dos trabalhistas ingleses ou ao PT no Brasil e a velocidade deste processo é a própria crise insolúvel do capitalismo dos últimos tempos:

O sistema capitalista hoje já não oferece mais espaço para concessões que criem a ilusão de que através de reformas graduais se possa chegar ao socialismo ou mesmo resolver os problemas e as necessidades básicas da classe trabalhadora e dos pobres. (Genro, Robaina, 2006, p. 67).

Em “razões de uma traição”, Robaina e Genro identificam que a mudança fundamental no PT se operou “na análise das forças sociais capazes de operar uma transformação favorável aos interesses do povo”. Neste sentido, identificaram no núcleo dirigente do PT, a “estratégia da conquista de um governo de colaboração com setores da burguesia”. Quando assumiram o governo federal, contudo, deram “o passo que faltava para uma alteração de sua natureza: de uma força com características ainda progressistas para uma formação política reacionária” (Genro, Robaina, 2006, p. 88).

Uma das razões facilitadoras do giro do núcleo dirigente, foi que a vitória eleitoral se deu “na ausência de um ascenso sustentado do movimento de massas”, ou seja, uma situação de forças desfavoráveis:

Então a chegada do metalúrgico Lula ao poder foi a prova de que os de baixo podem abrir caminhos, cavar espaços de representação política. Mas foi também a demonstração de que as classes dominantes sabem muito bem transformar estas vitórias do povo em grandes derrotas, manobrando, cooptando e mantendo inalterada sua dominação de classe, mesmo quando suas lideranças políticas estão desgastadas demais para ganhar a eleição. São especialistas na aplicação do princípio da Lampedusa: “mudar tudo para que tudo continue como está” (Genro, Robaina, 2006, p. 91).

Em paralelo com a experiência da queda do muro de Berlim, reconhecem que por aqui “também milhões de pessoas partidárias de uma ideologia de esquerda ficaram

perplexas e decepcionadas”. Assim, “uma recomposição das forças de esquerda enfrenta grandes dificuldades e exigirá um período relativamente longo, embora logicamente indeterminado”. E concordando com uma leitura similar à apontada em Garcia, e evidenciando a confluência do período de desindustrialização do neoliberalismo e da emergência de uma aristocracia operária, “disposta a prosperar junto com o desenvolvimento das empresas, associando sua sorte ao progresso econômico das multinacionais aqui instaladas” (Genro, Robaina, 2006, p. 94).

### **Considerações críticas (e finais) às leituras sobre a metamorfose**

É indiscutível que é possível estabelecer padrões semelhantes nas leituras da intelectualidade de esquerda petista com a intelectualidade afastada do PT. Na sua totalidade intelectuais marxistas ou provindos desta tradição intelectual e política.

Sobremaneira, é possível perceber que todos são claros em especificar as limitações de uma estratégia revolucionária e compreendem que a classe trabalhadora não é essencialmente, mas potencialmente revolucionária. Todos destacam as limitações sistêmicas para uma estratégia revolucionária na situação brasileira, mas é neste momento que é possível conceber as diferenças e divergências.

Para os intelectuais do campo petista, é evidente que a estrutura serve para justificar a vitória sobre condições desfavoráveis, mas continuam a apostar nas chances de que certas mudanças podem ser realizadas para modificar estruturas arcaicas no Brasil que impossibilitam um avanço geral das lutas. Contudo, devemos objetar a estes, se a correlação de força no governo pende para a hegemonia burguesa, quais seriam as possibilidades deste se encaminhar para medidas que possibilitariam uma ruptura? Ou mesmo, que intenção teria de apoiar esta? E os partidários da esquerda petista defensores do socialismo e da revolução, mas também disputando o governo, como poderiam se posicionar contra o governo no caso de uma mudança conjuntural? Não ficariam eles no constante (e talvez insuperável) dilema de não radicalizar para não enfraquecer o governo frente a uma conjuntura adversa, o que iria na contramão da tentativa de acumular forças participando de um governo sob hegemonia burguesa ou multiclassista? Evidente que a resposta parece ser negativa para estas questões.

As forças de oposição de esquerda ao PT, por sua vez, objetam que promover este ajuste conservador incorporando as massas apenas ao mercado, tende a reforçar e não diminuir o poder do capital. Objetam que o PT está falido enquanto instrumento

transformador da realidade e isto parecem consolidar-se cada vez mais na conjuntura. Contudo, se pode objetar lacunas nas leituras da esquerda nascida de rupturas com o PT, no sentido de não darem total explicação quanto a pequena quantidade de rupturas da base petista, tanto no movimento sindical e popular, e em explicar a consolidação da base de apoio remetida nas análises dos teóricos do campo petista (no caso, o fator “subproletariado” destacado por André Singer).

## Referências bibliográficas

CIGNACHI, Henrique. *A metamorfose dos partidos com origem na classe trabalhadora: o caso do PT no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Centro de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2013.

GARCIA, Cyro. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

GENRO, Luciana; ROBAINA, Roberto. *A falência do PT e a atualidade da luta socialista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol.3, ed.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe*. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IPEA. A década Inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. *Comunicado do IPEA*. n.155, set 2012.

LÊNIN, Vladimir. *Que Fazer?*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIPSET, Seymour. Radicalismo ou Reformismo: as fontes da política da classe trabalhadora. In. \_\_\_\_\_. *Consenso e Conflito*. Ensaios de Sociologia Política. Portugal, Lisboa: Gradiva, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: MartinClaret, 2002.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UNB, 1982.

OFFE, Claus. *Contradicções em el Estado del Bienestar*. Madri: Alianza Editorial, 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. A hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In. FRIGOTO, G. e CIAVATTA, M. (org.). *Teoria e Educação no labirinto do capital*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

POMAR, Valter. *A Metamorfose*. Programa e estratégia política do partido dos trabalhadores: 1980-2005. Tese de Doutorado em Ciências - História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP. São Paulo: 2005.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SADER, Emir. *Brasil, de Getúlio a Lula*. Disponível em:  
[http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog\\_id=1&post\\_id=298](http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=298),  
acesso em dez 2012.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. (1978-2010). Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

TROTSKY, Leon. *A Revolução Traída*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2005.

WEBER, Henri. *Marxismo e Consciência de Classe*. Portugal: Moraes Editores, 1977.